

O POLICY DELPHI COMO MÉTODO DE PESQUISA PARA O DESENVOLVIMENTO DE FRAMEWORK: o caso dos papéis de promoção do consumo sustentável no contexto Brasileiro

VERÔNICA MACÁRIO DE OLIVEIRA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)
veronicamacario@gmail.com

SUZANNE ÉRICA NÓBREGA CORREIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)
suzanne.enc@gmail.com

CARLA REGINA PASA GÓMEZ
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)
carlapasa@hotmail.com

O POLICY DELPHI COMO MÉTODO DE PESQUISA PARA O DESENVOLVIMENTO DE *FRAMEWORK*: o caso dos papéis de promoção do consumo sustentável no contexto Brasileiro

Resumo

O objetivo deste estudo é discutir como o método *Policy Delphi* pode ser utilizado para o desenvolvimento de um *framework* sobre os papéis de governo, empresas e sociedade civil para promoção do consumo sustentável no contexto brasileiro, que é um tema complexo e com pouco contexto histórico. O *Policy Delphi* é um método apropriado porque pode abordar uma multiplicidade de questões e fornecer orientações para proposições associadas a um tópico específico no cenário contemporâneo. Desse modo, a aplicação do método possibilitou explorar percepções convergentes e divergentes de especialistas em relação aos papéis de governo, empresas e sociedade civil e a propor alternativas para direções futuras que possam ser utilizadas no desenvolvimento de estratégias e instrumentos que sejam capazes promover o consumo sustentável no contexto brasileiro.

Palavras-chave: *Policy Delphi*. Método de Pesquisa. Framework.

1 Introdução

O processo de construção de conhecimentos nos estudos organizacionais enfrenta diversos desafios, dentre os quais se destaca o fato de que os fenômenos investigados são complexos e subjetivos, de modo que necessitam de abordagens que contemplem perspectivas diversas para compreender questões subjacentes. Isto porque um campo de conhecimento que pretende ser racional - no sentido de ser crítico - necessita que suas ideias sejam passíveis de ser submetidas à discussão crítica e a argumentos lógicos, de modo que seja possível descobrir novos fenômenos, novas hipóteses, novos problemas e novas soluções (Gewandsznajder, 1989).

O fortalecimento de métodos que possibilitem trocas intelectuais e de argumentos pode ser usado em prol do avanço científico. As ciências sociais aplicadas fazem emergir debates e embates entre pesquisadores em torno dos melhores métodos para compreender um fenômeno social (Silva & Neto, 2010). Desta forma, enfatiza-se a necessidade de adotar métodos de pesquisas flexíveis, que possibilitem uma compreensão maior da riqueza dos fenômenos sociais inseridos em seus contextos, oferecendo uma perspectiva plural que permita ampliar o conhecimento do fenômeno no seu campo de investigação.

Neste contexto, o *Policy Delphi* se apresenta com um método de investigação inovador, ao possibilitar que especialistas com experiências diversificadas em determinados temas colaborem através de procedimentos sistemáticos para obter, trocar e desenvolver opiniões informadas sobre um tópico específico no cenário contemporâneo e com pouco contexto histórico (Rayens & Hahn, 2000; Franklin & Hart, 2007; Dunn, 2012). Esse método possibilita compreender questões subjacentes aos temas e avançar em proposições sobre novas formas de atuação, incorporação de ideias e previsão de tendências, como parte de um planejamento prospectivo de temas pouco explorados.

O consumo sustentável é uma temática contemporânea evidenciada a partir da década de 1990 pelo interesse crescente de pesquisadores dado o número de artigos e pesquisas publicados sobre ele. Periódicos internacionais vêm discutindo o assunto em edições especiais, tais como o *Journal of Cleaner Production*, em 2014, *Journal of Consum Policy*, em 2012, o *Journal of Consumer Policy*, em 2011, o *Journal of Industry Ecology*, o *Natural Resources Forum*, o *Journal of Macromarketing* e o *Journal of Consumer Behavior*, em 2010 e o *Journal of Cleaner Production*, em 2008.

Entretanto, apesar dos esforços de alguns pesquisadores em buscar mecanismos de colocar o consumo sustentável em prática, permanece uma lacuna entre os conhecimentos

disponíveis e as ações reais que deverão ser direcionadas para atingi-lo (Thogersen & Schrader, 2012) em contextos específicos. Ademais, é incipiente o desenvolvimento de teorias que abordem a temática “consumo sustentável” de forma condizente com a realidade brasileira.

Desta forma, o objetivo deste artigo foi discutir como o método *Policy Delphi* pode ser utilizado para o desenvolvimento de um *framework* sobre os papéis de governo, empresas e sociedade civil para promoção do consumo sustentável no contexto brasileiro. Com isso o artigo revela algumas contribuições para a pesquisa em estudos organizacionais, a saber: a demonstração teórico-empírica do método *Policy Delphi* na investigação de temas complexos e a sua operacionalização como um processo sistemático para obter, trocar e desenvolver informações importantes sobre uma determinada questão que se tem pouco conhecimento histórico.

Em termos estruturais, este artigo se organiza em quatro seções. Além desta parte introdutória, apresenta-se na seção a seguir uma breve conceituação do método *Policy Delphi*, na sequência é exposta a aplicação do método no estudo em questão e, por fim, tem-se as considerações finais dos autores.

2 *Policy Delphi*

O método *Policy Delphi* foi introduzido por Norman Dalkey e Olaf Helmer durante sua associação com a Rand Corporation nos anos 1950 e relatado pela primeira vez em Turoff (1970). Na sua formulação original, o *Delphi* é uma técnica para buscar o consenso de opiniões de um grupo de especialistas a respeito de eventos futuros. A técnica se baseia no uso estruturado do conhecimento, da experiência e da criatividade de um painel de especialistas, pressupondo que o julgamento coletivo, quando organizado adequadamente, é melhor que a opinião individualizada (Turoff, 1975). Esta técnica foi estendida da sua forma original para incorporar a busca de ideias e estratégias para a proposição de políticas organizacionais mais gerais, caracterizando-se como técnica de apoio à decisão e à definição de políticas e passou a ser conhecida como *Policy Delphi* (Turoff, 1975; Wright & Giovinazzo, 2000).

O *Policy Delphi* é considerado um método de pesquisa interessante para o planejamento prospectivo de uma dada questão ou para estimular a criação de novas ideias, o que consiste em um processo estruturado e coordenado que busca a formulação de estratégias e políticas para se atingirem objetivos. Desse modo, o principal propósito do uso desse método é orientar as decisões e ações futuras (Hair Jr. *et. al.*, 2005), garantindo que todas as opções possíveis sejam consideradas e estimando o impacto e a consequência de qualquer ação particular, além de examinar e avaliar a aceitabilidade de qualquer opção específica (Turoff, 1997; Dunn, 2012; Yau & Chiu, 2015). Possibilita-se, desse modo, elencar opções e estabelecer argumentos prós e contra para as diferentes posições (Franklin & Hart, 2007). Assim, esse método de pesquisa se apresenta como um processo de vários estágios que permite uma abordagem sistemática para obter, trocar e desenvolver opções informadas sobre uma determinada questão (Rayens & Hahn, 2000; Dunn, 2012; Yau & Chiu, 2015).

O que distingue esse método de um procedimento ordinário de votação é a retroalimentação das informações coletadas do grupo, bem como a oportunidade de os indivíduos reformularem ou redefinirem seus julgamentos baseados no posicionamento coletivo (Wright & Giovinazzo, 2000). Assim, este método de pesquisa é adaptado para processos de planejamento e avaliação nos quais descobrir o dissenso entre os diferentes participantes é mais importante do que conseguir um consenso (Klenk & Hickey, 2011). Devido a natureza dos dados que podem ser coletados, esse método de pesquisa se caracteriza como misto (Franklin & Hart, 2007).

Os principais componentes desse método são: possuir uma amostra de especialistas

no tema; realizar uma pesquisa de opinião entre eles sobre a temática através da aplicação de questionários sequenciais; relatar, através de *feedback*, o sumário dos dados dos questionários e comentários do painel, para que cada especialista possa se posicionar em relação ao grupo nas etapas subsequentes (Franklin & Hart, 2007; Humphrey-Murto et al., 2017). Assim, Turoff (1975) estabelece que o método *Policy Delphi* deve seguir cinco etapas, a saber: 1) formulação das questões; 2) expor as opções; 3) determinar as posições iniciais no problema; 4) explorar e obter as razões para discordâncias; e 5) reavaliação das opções.

As vantagens do uso desse método são: o uso de especialistas; o tempo para pensar e refletir sobre a temática, devido à natureza sequencial dos questionários; possibilidade de incluir participantes remanescentes por causa da comunicação estruturada; o uso de questionários ao invés de entrevistas em grupo focal para evitar a possibilidade de debates face-a-face e a influência indevida de personalidades dominantes; e a prevenção do pensamento grupal (Rayens & Hahn, 2000; Franklin & Hart, 2007; Yau & Chiu, 2015). As limitações do método estão associadas à importância das perguntas feitas no primeiro questionário, sendo essencial que reflitam os elementos-chave do tema da pesquisa, além da falta de resultados que não sejam o perfil estatístico de opiniões e percepções expressas dos participantes do painel (Franklin & Hart, 2007).

Em consonância com o objetivo deste artigo, a seção a seguir visa esclarecer como o *Policy Delphi* foi utilizado como método de investigação nas discussões sobre os papéis de atores de governo, empresas e sociedade civil no processo de promoção do consumo sustentável no contexto brasileiro.

3 Aplicação do Método *Policy Delphi*

Nesta seção são apresentados os procedimentos adotados para a aplicação do método *Policy Delphi*.

3.1 Procedimentos Metodológicos: Identificação dos papéis a serem analisados

Os estudos contemporâneos sobre a relação entre consumo e sustentabilidade apontam que o consumo sustentável deve ser promovido por atores dos governos, das empresas e da sociedade civil (Michaelis & Jackson, 2003; Jackson, 2006; Thorgersen, 2010; Oliveira, 2014), o que inclui os seus papéis em níveis de atuação macro, meso e micro, observando as especificidades dos contextos onde eles deverão ser desempenhados (Oliveira, 2014). Isto remete para a constatação de que a promoção do consumo sustentável está associada a um processo de mudanças macro e estruturais associados a fatores políticos e de mercado que visam oferecer condições favoráveis para que os padrões e níveis de consumo se tornem mais sustentáveis (Portilho, 2005; Costa & Teodósio, 2011; Oliveira, 2014), revelando-se como um fenômeno multifacetado e complexo, além de possuir pouco conhecimento histórico, o que torna adequado a sua investigação a partir do método *Policy Delphi*.

A primeira etapa necessária para a aplicação do método *Policy Delphi* incluiu uma fase de natureza qualitativa, a partir de pesquisas bibliográficas e documentais, nas quais foram abordados temas específicos sobre consumo e sustentabilidade. Esta fase é importante porque um dos aspectos centrais da utilização do método é a discussão sobre a temática investigada a partir do uso de questionários sequenciais, o que exige um levantamento teórico prévio e amplo sobre o fenômeno. Desse modo, espera-se que o pesquisador recorra à literatura científica atualizada que, articulada aos objetivos e especificidades do objeto de investigação deverá subsidiar a elaboração do questionário (Scarparo et al., 2012). Considera-se que a função da teoria em pesquisas é gerar construtos que conduzem às variáveis de pesquisas propriamente ditas (Leão, Mello, Vieira, 2010).

Essa fase possibilitou a identificação de 38 (trinta e oito) papéis envolvidos na

promoção do consumo sustentável, com base em levantamento de amplo referencial teórico de bases nacional e internacional, dos quais 18 (dezoito) estavam associados a atuação do governo, 12 (doze) referiam-se às empresas e 08 (oito) remetiam a atuação da sociedade civil. Tais papéis foram consolidados em um quadro composto pelas dimensões associadas aos três atores – governos, empresas e sociedade civil, em três níveis de atuação – macro, meso e micro. Na Figura 1 são expostos alguns exemplos dos papéis que foram submetidos à avaliação dos especialistas.

Nível	Governo	Empresas	Sociedade Civil
Macro	<ul style="list-style-type: none"> • Combater mercados oligo e monopolistas 	<ul style="list-style-type: none"> • Instituir mecanismos de disseminação de melhores práticas socioambientais no mercado 	<ul style="list-style-type: none"> • Participar na formulação de políticas públicas
Meso	<ul style="list-style-type: none"> • Promover subsídios para o desenvolvimento de iniciativas sustentáveis 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a Cadeia de suprimentos sustentável 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a formação de redes de comércio justo
Micro	<ul style="list-style-type: none"> • Adotar políticas de compras públicas que incluam critérios de sustentabilidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver produtos sustentáveis 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover Boicotes • Promover <i>Buycotts</i>

Figura 1. Exemplos de papéis para a promoção do consumo sustentável avaliados no *Policy Delphi*

Fonte: Elaboração dos autores (2017)

A técnica de coleta de dados utilizadas nesta etapa foi a documentação indireta, através de leituras e fichamentos de amplo material bibliográfico e documental previamente selecionado e constantemente atualizado para identificação dos papéis de promoção do consumo sustentável que, conforme relatado anteriormente, constituíram a base do primeiro questionário elaborado para aplicação do *Policy Delphi*. O processo de definição e escolhas dos especialistas é detalhado na sequência.

3.2 Procedimentos Metodológicos: Definição do quadro de especialistas

A definição do quadro de especialistas é vital para a execução do método *Policy Delphi*, de modo a assegurar que todas as opções relacionadas à temática investigada sejam exploradas (Yau, 2015; Humphrey-Murto *et al.*, 2017). No que se refere à quantidade de participantes no painel, não há um padrão pré-definido que determine a representatividade do estudo. Alguns autores sugerem que quanto maior o painel, maior será a validade dos resultados (Linstone & Turoff, 1975), enquanto outros enfatizam que o equilíbrio dos conhecimentos representados no painel é mais relevante para determinar a qualidade dos resultados da pesquisa do que o número de participantes (Wheeller, Hart, & Whysall, 1990; Franklin & Hart, 2007). Além disto, deve-se ressaltar que a heterogeneidade é um fator estimulante, mas que a qualidade dos resultados depende essencialmente dos participantes do estudo (Wright & Giovinazzo, 2000).

Neste sentido, a amostra utilizada na pesquisa sobre o processo de promoção do consumo sustentável foi não-probabilística por tipicidade ou intencional, que consiste em selecionar subgrupos da população que, com base nas informações disponíveis, possam ser considerados representativos de toda população, a qual é comumente usada em estudos de *Policy Delphi* (Paraskevas & Saunders, 2012). Assim, 135 (cento e trinta e cinco) especialistas com diferentes *backgrounds* sobre a temática foram convidados, através de *e-mails*, para participar do painel, dos quais 40 (quarenta) concordaram em participar da pesquisa, o que representou uma participação de 29,62% dos convidados. A amostra incluiu: 08 (oito) técnicos e pesquisadores que atuam em órgãos e entidades públicas na área de meio

ambiente e de proteção ao consumidor, responsáveis pela atuação do governo; 16 (dezesesseis) acadêmicos envolvidos com pesquisas ligadas ao tema em estudo; 08 (oito) profissionais com experiências em empresas que promovam ações voltadas para promoção do consumo sustentável; e 08 (oito) gestores de Organizações Não Governamentais com atuação diretamente ligada a área investigada. A utilização de grupos heterogêneos de *experts* na temática visou evitar que os resultados fossem tendenciosos, permeados de vieses e favorecimento (Kayo & Securato, 1997).

Os procedimentos adotados para a coleta de dados é detalhado a seguir.

3.3 Procedimentos metodológicos: a coleta de dados no *Policy Delphi*

A coleta de dados no *Policy Delphi* ocorre a partir da aplicação de questionários sequenciados, cuja elaboração da primeira versão necessita de uma ampla revisão da literatura que aborda o tema investigado. O questionário, portanto, é um resumo das pesquisas anteriores e teorias postuladas pelos estudiosos. A vantagem dessa estratégia é que o questionário inicial fornece aos participantes um ponto de origem para seus pensamentos e possibilita dirigir a coleta de dados de forma estruturada (Franklin & Hart, 2007).

O primeiro questionário aplicado ao conjunto de especialistas envolvidos com a temática “consumo sustentável” buscou identificar o grau de relevância atribuída por eles ao conjunto de papéis identificados na primeira fase da pesquisa. Para cada assertiva, foi solicitado aos participantes do painel que classificassem sua percepção da importância de cada afirmação usando uma escala de Likert de 5 pontos, com a seguinte indicação de níveis: (1) "não tem importância"; (2) "pouco importante"; (3) "neutro/indeciso"; (4) importante; (5) criticamente importante. Além de responder às declarações, os membros do painel tiveram a oportunidade de fazer comentários adicionais sobre cada declaração, bem como foi disponibilizado um espaço ao final de cada dimensão no qual eles poderiam propor novos papéis.

Esse questionário foi submetido a um pré-teste com três especialistas para detectar falhas no instrumento. Após os ajustes identificados no pré-teste serem incorporados no instrumento de coleta de dados, foi finalizada a versão do questionário da primeira rodada do *Policy Delphi* que foi disponibilizado para os especialistas em plataforma *on-line* (*GoogleDocs*) e o convite enviado para respondê-lo através de *e-mail* que informava o *link*.

Na segunda rodada do método *Policy Delphi* foi enviado aos especialistas um novo questionário com o sumário dos resultados obtidos na primeira rodada e o comparativo com as suas respostas, solicitando-lhes se posicionar novamente em relação às questões apresentadas. Como, nesta etapa, os questionários possuíam características individuais específicas para cada especialista investigado, eles foram desenvolvidos em arquivo do tipo **.doc* e enviados por *e-mail*.

O interesse estava nas declarações que eram mais importantes ou mais controversas na opinião dos painelistas (Franklin & Hart, 2007). Os especialistas poderiam modificar suas respostas ou mantê-las considerando as respostas apresentadas pelos grupos investigados e os argumentos apresentados nos comentários adicionais. Na Figura 2, apresentam-se exemplos da forma como as questões foram apresentadas no segundo questionário para cada especialista.

<u>Papel de Governo</u> Promover a regulamentação ambiental	Sua Resposta	Média Academia	Média Governo	Média Empresas	Média ONG's	Media Geral	Nova Resposta
	5	4.88	3.86	4.57	4.50	4.56	
Comentários Adicionais: (ACAD11) "O governo deve, antes de tudo, COMPROMETER-SE COM A DEFESA DO MEIO AMBIENTE, evitando piorar a legislação, fazendo cumprir a legislação existente, informando a sociedade, punindo os infratores etc."; (ACAD16) "Há que se trabalhar não apenas com sanções a maus comportamentos, mas também com ferramentas de incentivos"; (EMP2) "A regulamentação ambiental é papel fundamental do Estado, visto que os recursos naturais não são de natureza privada, devem ser conduzidos pensando no bem-estar social da sociedade, considerando para isso a realidade atual e as necessidades das futuras gerações."; (EMP 4) "Os governos devem garantir a aplicação e cumprimento da regulação ambiental;"; (EMP7) "É boa prática, mas deve ser dado de acordo com critérios que possam ser fiscalizados pelos Governos e pela sociedade"; (GOV1) "Francamente, avalio que tal "comportamento corporativo moral" não existe. As empresas se engajam em iniciativas de natureza ambiental, quando observam nisso a possibilidade de se distinguir no mercado e valorizar sua marca. A questão ambiental é, tão somente, um novo mercado a ser conquistado"; (GOV5) "Medida mais correta em relação a anterior".							
Novos comentários:							
<u>Papel de Empresas</u> Promover o uso de embalagens ecológicas	Sua Resposta	Média Academia	Média Governo	Média Empresas	Média ONG's	Media Geral	Nova Resposta
	3	4.59	4.71	4.71	4.5	4.62	
Comentários Adicionais: (ACAD5) "Não necessariamente. Temos que pensar um outro modelo de produção e consumo..."; (ACAD16) "Muito importante trabalhar com o setor de embalagens, pois ele impacta enormemente na produção de resíduos."; (ACAD17) "As empresas precisam promover, mas o Estado precisa regular e definir o padrão de embalagem mais adequado para reduzir o impacto no meio ambiente."; (EMP4) "A questão das embalagens é uma das etapas para se ter um produto mais sustentável. Identificar novas matérias primas, reduzir, reutilizá-las e recicla-las são questões que devem fazer parte do processo de melhoria da embalagem."; (EMP7) "Esta postura deve estar na estratégia de desenvolvimento do produto, pois é custo e não deve pesar no valor final, além disso, um custo que cai para o consumidor e não é mensurado, é o do descarte da embalagem, ficando ao cargo do poder público garantir a coleta e destinação destes, e que é cobrado do consumidor posteriormente."; (ONG5) "Deviam fazer leis para isso."; (GOV1) "Tais práticas podem induzir os consumidores a novos hábitos, mais limpos".							
Novos comentários:							
<u>Papel da sociedade civil</u> Engajar-se na formulação de políticas em busca do consumo sustentável	Sua Resposta	Média Academia	Média Governo	Média Empresas	Média ONG's	Media Geral	Nova Resposta
	5	4.82	4.71	5	5	4.87	
Comentários Adicionais: (ACAD12) "Com certeza que sim, mas não como única iniciativa. o engajamento deve ser no sentido de atendimento a uma legislação, específica, que guie a conduta das empresas. Não deve ficar pela iniciativa da sociedade civil, que é fortemente afetada por interesses". ; (EMP2) "A sociedade civil tem papel fundamental na condução/formulação do tripé entre os interesses das empresas, a responsabilidade do Estado na regulação de processos sustentáveis e na conscientização da sociedade, enquanto grupo consumidor."; (EMP7) "Falta apenas que o sejam criados mecanismos (fóruns aberto) para que sejam discutidas de forma mais rápida e eficiente estes temas, longe de ideologias partidárias e sim com foco técnico e comercial."							
Novos comentários:							

Figura 2. Exemplos de apresentações das questões na segunda rodada no *Policy Delphi*

Fonte: Elaboração dos autores (2017)

O período de coleta de dados entre as duas rodadas foi de setembro de 2013 a maio de

2014. Este interstício foi considerado o principal desafio enfrentado pela pesquisa para a execução do método, necessitando reforçar, em alguns casos, o convite aos especialistas que se comprometeram a participar do painel no contato inicial.

3.4 Procedimentos metodológicos: Tratamento e Análise dos Dados no *Policy Delphi*

Na pesquisa com especialistas através do *Policy Delphi*, após o retorno dos questionários na primeira rodada, foram feitos cálculos estatísticos de medidas centrais (média e mediana) e de medidas de dispersão (coeficiente de variação e quartis) para cada variável, segundo cada grupo de especialistas e o grupo total, com o propósito de verificar os níveis de convergência e divergência nas respostas dos especialistas. Além disto, fez-se um sumário dos comentários adicionais apresentados pelos respondentes. Os códigos utilizados para identificação dos comentários adicionais dos especialistas foram (ACAD), (GOV), (EMP) e (ONG) numerados de acordo com a sequência da participação de cada um deles na primeira rodada.

As especificações das medidas centrais e de dispersão utilizadas nas análises são: a) média: calculada somando-se os valores de dados e dividindo-se pelo número de resultados; b) mediana: é o valor de divide os dados em dois grupos iguais, um com valores maiores ou iguais à mediana e um grupo com valores iguais ou menores à mediada; c) quartis: são usados para dividir o conjunto de dados em quatro partes, cada parte contendo aproximadamente 25% dos dados; e d) coeficiente de variação: é uma medida de variabilidade relativa encontrada dividindo-se o desvio-padrão pela média e multiplicando-se por 100 (Anderson, Sweeney, Williams, 2003).

O conjunto de informações obtido foi organizado e repassado novamente para os especialistas investigados através dos questionários elaborados para a segunda rodada, o que facilitou as suas análises quanto ao quadro de respostas obtido na rodada anterior e lhes possibilitou decidirem se mantinham ou não a sua posição inicial.

Para determinar quais os papéis que eram relevantes, comparou-se a média da pontuação de todos os fatores investigados usando um ponto de corte da média de 3,8 na escala de 5 pontos utilizada. Isto porque foram consideradas as médias das respostas próximas ao valor 4 (“importante”) até o 5 (“criticamente importante”) na escala utilizada. E, para identificar se haviam papéis que apresentavam controvérsias, foram avaliados se existiam papéis que apresentaram média inferior a 3,8 e que possuíam um alto coeficiente de variação, convencionalmente atribuído ao valor acima de 40% no resultado geral, cujo objetivo era expor os papéis para os quais a classificação indicaria uma distribuição de opiniões controversas (Franklin & Hart, 2007).

Apesar de não se ter obtido medidas de dispersão altas nas respostas, considerando a complexidade do tema investigado e o tipo de informação que se quis coletar, foram explorados os pontos de convergências e divergências expressos nas opiniões dos especialistas apresentados nos comentários adicionais, para que se pudessem apresentar opções e alternativas de promoção do consumo sustentável no contexto brasileiro, bem como estabelecer os argumentos favoráveis e desfavoráveis para as diferentes posições (Franklin & Hart, 2007).

A aplicação da técnica *Policy Delphi* foi encerrada na segunda rodada, considerando que os resultados obtidos nesta etapa confirmaram o nível de relevância atribuído pelos especialistas investigados, na primeira rodada, aos papéis de promoção do consumo sustentável para o contexto brasileiro. A operacionalização do método aplicada neste estudo é sintetizada na Figura 3.

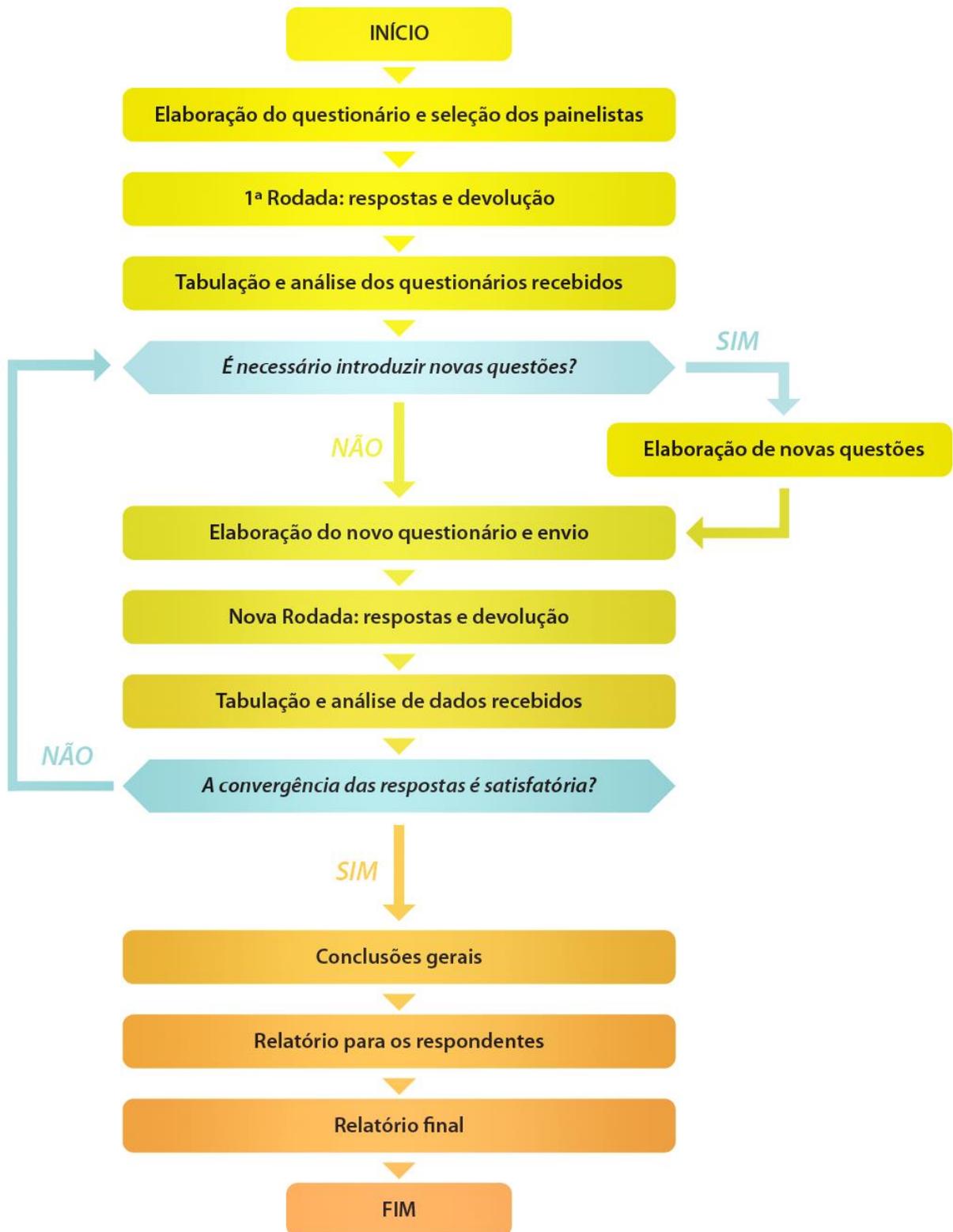


Figura 3. Operacionalização do Método *Policy Delphi*
 Fonte: Elaborado pelos autores, 2017.

Os resultados foram organizados de acordo com os papéis de cada ator, em níveis macro, meso e micro, com a finalidade de apresentar um *framework* que representasse a opinião dos especialistas sobre os papéis dos governos, das empresas e da sociedade civil para promover o consumo sustentável no contexto brasileiro. Vale ressaltar que 35 (trinta e cinco) papéis foram apontados como relevantes e 03 (três) não foram considerados importantes. O *framework* final apresentado é flexível e possibilita adaptações para temas e setores específicos de consumo no contexto brasileiro. O resultado final dos papéis avaliados é apresentado na Figura 4.

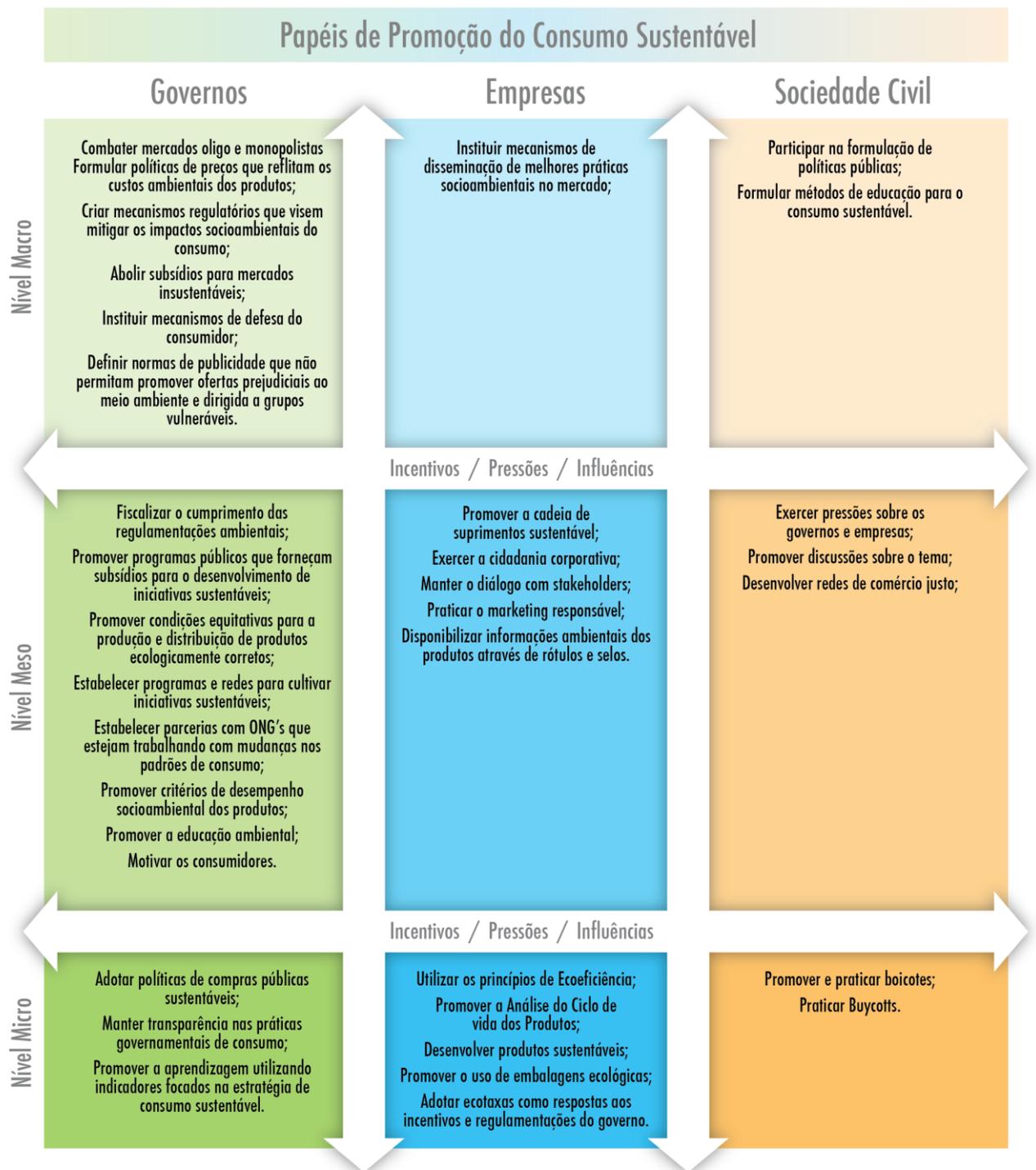


Figura 4. Framework final após aplicação do Método Policy Delphi
 Fonte: Elaborado pelos autores, 2017.

Os papéis que não foram consideradas relevantes para a promoção do consumo sustentável no contexto brasileiro, na realização do *Policy Delphi* com especialistas, são:

- a concessão de prêmios e acreditação como papel de governo no nível meso, o qual Jackson e Michaelis (2003) afirmam que podem incentivar a replicação de iniciativas bem sucedidas. Mas, o especialista (ACAD5), no seu comentário adicional, destaca os riscos associados às estratégias de governos em conceder prêmios e acreditação, principalmente no que se refere a quem irá se favorecer com isto: "Muitos cuidados deve-se ter com políticas e práticas de certificação, pois muitas delas podem funcionar como barreiras à operação e inclusão de pequenos e médios empreendimentos". O especialista (ACAD14) afirmou "creio que os prêmios e acreditações devem ser promovidos por organismos independentes e não pelo Estado", o que corrobora com a fala do especialista (EMP4) que declara que "os diferenciais de desempenho devem ser regulados pelo próprio mercado, para isso existem, por exemplo, as certificações voluntárias, premiações e acreditações. O papel do Estado é regular e garantir uma linha base para a atuação das organizações";
- a realização de *lobby* como papel das empresas no nível macro que é considerado como um processo de interação entre empresas-governos (Michaelis, 2003), no qual as empresas são proativas e têm a possibilidade de pressionar as práticas de governo em determinadas questões. Os resultados que demonstram a divergência entre os grupos de especialistas investigados sobre a relevância do papel supracitado são ressaltados nos comentários adicionais, no quais se observam algumas ressalvas e o ceticismo daqueles quanto ao desempenho efetivo da realização de *lobby* por parte das empresas em prol da sustentabilidade, principalmente porque, em alguns casos, isto pode ir de encontro aos seus interesses financeiros.
- o *carrotmob* como papel da sociedade civil no nível meso que busca incentivar as empresas a adotarem práticas de responsabilidade socioambiental a partir de uma espécie de financiamento coletivo realizado através de um alto volume de compras. O especialista (ACAD5) comentou que "Apesar de importantes, os efeitos são episódicos e passageiros" e o (EMP7) ressaltou que considera "Importante, mas vejo com temeridade, pois as empresas podem buscar este caminho apenas para aumentar lucros e não apenas por ter isto como premissa da empresa, e num futuro estourar uma grande mentira".

Além disto, o estudo possibilitou a identificação de argumentos prós e contra em relação a cada papel avaliado e considerado como relevante que devem ser considerados como aspectos a serem ponderados no planejamento e execução de ações por cada ator para desempenhá-los.

3.5 Validade e Confiabilidade

No desenvolvimento da ciência, não só o conhecimento deve ser questionado, assim como os métodos e técnicas utilizados na sua elaboração. A falta de controle aumenta consideravelmente as chances de se obter conclusões equivocadas (Gewandsznajder, 1989). Assim, as questões de validade e confiabilidade de um estudo envolvem aspectos que possibilitem que o resultado alcançado seja o mais próximo possível da realidade investigada e que os métodos utilizados sejam passíveis de replicação. Easterbt-Smith, Thorpe e Lowe (1999) enfatizam que a validade envolve a certeza de que um teste ou instrumento mede o atributo que supostamente deve medir e a confiabilidade é uma questão de estabilidade, o que significa que se um instrumento for administrado ao mesmo indivíduo em duas ocasiões diferentes, ele irá gerar o mesmo resultado.

Neste contexto, a execução do método *Policy Delphi* seguiu os critérios científicos

de validade e confiabilidade estabelecidos pelo método para evitar vieses e favorecimentos, tais como: a utilização de grupos heterogêneos; o anonimato dos participantes do painel; o uso de questionários para evitar a possibilidade de debates face-a-face e a influência indevida de personalidades dominantes; o *feedback* entre os participantes com a checagem das informações em duas rodadas e o envio do relatório final.

4 Considerações Finais

A possibilidade de discutir um fenômeno social complexo junto a um conjunto de especialistas proporciona a troca de informações relevantes a partir de diferentes abordagens, o que amplia a visão do fenômeno investigado, além de contribuir para elaboração de proposições associadas a um tópico específico e com pouco contexto histórico. Assim, o objetivo deste artigo foi discutir como o método *Policy Delphi* pode ser utilizado para o desenvolvimento de um *framework* sobre os papéis de governo, empresas e sociedade civil para promoção do consumo sustentável no contexto brasileiro.

O estudo realizado demonstrou que o *Policy Delphi* é adequado para práticas de pesquisa que se propõem a realizar o planejamento prospectivo de uma dada questão ou para estimular a criação de novas ideias. Nesse sentido, a vantagem do uso desse método envolve aspectos relacionados ao número de opções apresentadas e a qualidade das ideias produzidas pelos especialistas, como pode ser observado no estudo realizado com especialistas sobre os papéis de promoção do consumo sustentável no contexto brasileiro.

Entretanto, a falta considerável de padronização nas definições, uso e relato desse método pode dificultar sua eficácia. Os principais pontos que devem ser considerados por pesquisadores que fizerem a escolha metodológica de adotar o *Policy Delphi* inclui: os critérios utilizados para a definição e escolha dos especialistas que participaram do painel; a elaboração do primeiro questionário a partir de uma ampla revisão teórica do tema que direcione a coleta de dados de forma estruturada e a garantia de que seja incluído um componente qualitativo para permitir comentários de especialistas relacionados a ideias atuais sobre o tema.

Por fim, ressalta-se a adequabilidade do *Policy Delphi* como um método propício à análise de fenômenos complexos e com pouco contexto histórico. Desse modo, buscou-se neste artigo apresentar de forma detalhada os procedimentos adotados na aplicação do método para proporcionar *insights* que poderão ser aperfeiçoados por pesquisadores em estudos futuros.

Referências

- Cardoso, L. R. D. A., et al. (2005). Prospecção de futuro e Método Delphi: uma aplicação para a cadeia produtiva da construção habitacional. *Ambiente Construído*, Porto Alegre, 5(3), 63-78.
- Costa, D. V., & Teodósio, A. D. S. D. S. (2011). Desenvolvimento sustentável, consumo e cidadania: um estudo sobre a (des) articulação da comunicação de organizações da sociedade civil, do estado e das empresas. *Revista de Administração Mackenzie*, 12(3), 114.
- Dunn, W. N. (2012). *Public policy analysis: an introduction*. Boston: Pearson.
- Gewandsznajder, F. (1989). *O que é o método científico*. Pioneira.
- Humphrey-Murto, S., Varpio, L., Gonsalves, C., & Wood, T. J. (2017). Using consensus group methods such as Delphi and Nominal Group in medical education research. *Medical Teacher*, 39(1), 14-19.
- Jackson, T. Sustainable consumption. In: *Handbook of sustainable development*. Edited by Giles Atkinson, Simon Dietz, Eric Neumayer, 2006.
- Klenk, N. L., & Hickey, G. M. (2011). A virtual and anonymous, deliberative and analytic participation process for planning and evaluation: the Concept Mapping Policy Delphi.

International Journal of Forecasting, 27, 152-165.

Leão, A. L. M. de S., de Mello, S. C. B., & Vieira, R. S. G. (2010). O papel da Teoria no método de pesquisa em Administração. *Revista Organizações em Contexto-online*, 5(10), 1-16.

Linstone, H. A., & Turoff, M. (1975). *The Delphi method: techniques and applications*. Boston: Addison-Wesley Publishing

Michaelis, L. (2003). The role of business in sustainable consumption. *Journal of Cleaner Production*, 11(8), 915-921.

Oliveira, V. M. de. (2014). Promoção do consumo sustentável no contexto brasileiro: uma análise dos papéis dos governos, das empresas e da sociedade civil. *Tese*. Doutorado. PROPAD/UFPE.

Paraskevas, A., & Saunders, M. N. K. (2012). Beyond consensus: an alternative use of Delphi enquiry in hospitality research. *International Journal of Contemporary Hospitality Management*, 24, 907-924.

Portilho, F. (2005). *Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania*. Cortez.

Scarparo, A. F., Laus, A. M., Azevedo, A. L. C. S., Freitas, M. R. I., Gabriel, C. S., & Chaves, L. D. P. (2012). Reflexões sobre o uso da Técnica Delphi em Pesquisas de Enfermagem. *Rev Rene* [Internet]. Jan/Mar; 13 (1): 242-51.

Silva, A. B. D., & Neto, J. R. (2010). Perspectiva multiparadigmática nos estudos organizacionais. *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos*. São Paulo: Saraiva, 53-87.

Thogersen, J. (2010). Country differences in sustainable consumption: The case of organic food. *Journal of Macromarketing*, 30(2), 171-185.

Thogersen, J., & Schrader, U. (2012). From knowledge to action—new paths towards sustainable consumption. *Journal of Consumer Policy*, 35(1), 1-5.

Turoff, M. (1970). *The design of a policy Delphi*. *Technological Forecasting and Social Change*, 2, 149-171.

Wheeller, B., Hart, T., & Whysall, P. (1990). Application of the Delphi technique: a reply to Green, Hunter and Moore. *Tourism Management*, 11, 121-122.

Yau, Y., & Chiu, S. M. (2015). Combating building illegality in Hong Kong: A policy Delphi study. *Habitat International*, 49, 349-356.